

2019

IX Seminário Internacional sobre
Desenvolvimento regional

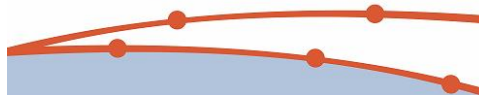
Processos, Políticas
e Transformações

Territoriais

Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil

Dias: 11, 12 e 13 de setembro de 2019

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade de Santa Cruz do Sul



ESTRUTURA PRODUTIVA DEPENDENTE DA REGIÃO SUDESTE DO PARÁ: FORMAÇÃO E CONJUNTURA RECENTE

**Victor da Silva Oliveira
Luciana Riça Mourão Borges
Gabriel Paixão Santana
Gabrielle Lima Brandão**

Resumo

A dinâmica produtiva brasileira foi marcada por transformações durante o século XX e início do XXI, sobretudo com a intensificação do processo de industrialização e ascensão do setor financeiro. No entanto, a marca estrutural presente desde os primórdios da ocupação europeia no país e na América Latina é a exploração de bens primários para atender demandas internacionais. Com roupagens distintas, a estrutura produtiva do Brasil é assentada nessa dinâmica até os dias atuais, deflagrando a dependência para com o mercado internacional, seja de preços, seja tecnológica. O pensamento estruturalista latino-americano trouxe meios teóricos e metodológicos para a compreensão dos movimentos do capitalismo internacional a partir da periferia em paralelo a suas relações com os centros econômicos. Além disso, pontuou a pertinência de compreender internamente as economias periféricas e as repercussões das transformações produtivas baseados na relação dependente. Com base nas prerrogativas estruturalistas, o presente trabalho buscou estudar o processo produtivo da região Sudeste do Pará a partir da sua estrutura econômica dependente, sub-região da Amazônia que se insere na dinâmica nacional e internacional como eminentemente exportadora de bens primários. A reflexão realizada demonstra a sequência do padrão centro-periferia na dinâmica do Sudeste do Pará, com um crescente valor de exportações, padrão de acumulação concentrador, e com baixos indícios de distribuição de excedentes. Percebe-se também a substituição e a transformação dos setores produtivos tradicionais e o fortalecimento de novos setores, como a pecuária e a agricultura mecanizada, cada qual com dinâmica externa definida, porém, com peculiaridades na dinâmica interna da região.

Palavras-chave: Estruturalismo. Amazônia. Centro-periferia. Geografia Regional.



Introdução

A formação socioeconômica brasileira apresenta indícios para compreensão do seu posicionamento na economia mundial. Desde os primeiros ciclos agroexportadores, perpassando o período de crescimento do setor industrial até ascensão da financeirização, a política econômica do país esteve voltada para a exportação de bens primários com pouco ou nenhum beneficiamento. Em paralelo, a obtenção de bens manufaturados, desde consumo até de produção, decorre, em parte significativa, da importação.

O descompasso do balanço de pagamentos dessa lógica foi extrapolado pelo estruturalismo latino-americano, especialmente por Prebisch e Furtado. Os autores trouxeram à pauta acadêmica e política uma nova possibilidade de interpretação e intervenção na América Latina, com perspectiva de buscar entendimento para as estruturas produtivas do capitalismo internacional a partir de uma região periférica. Para além da interpretação 'para fora', o estruturalismo possibilita analisar os determinantes internos que, somados à percepção dos elementos centrais do capitalismo internacional, traçam uma base teórico-metodológica para compreender a dinâmica de economias periféricas e suas repercussões territoriais.

No Brasil, a região Amazônica posiciona-se como cenário periférico dentro de uma economia também periférica, fato que possibilita a compressão dos movimentos do capitalismo a partir da sua vinculação direta com o mercado internacional, assim como as vinculações com a macroeconomia nacional. Na Amazônia, a exploração de bens primários é marca de vários ciclos econômicos, como os ciclos da borracha e da extração mineral do ouro. Atualmente, o Sudeste do Pará encontra-se como uma das principais sub-regiões da Amazônia, isso em função da sua dinâmica econômica intensificada com a inserção de novos agentes produtores para o mercado externo, como a pecuária e a agricultura mecanizada, além das já tradicionais cadeias da madeira e da exploração mineral.

A conjuntura atual da região, no entanto, vem passando por modificações e carece de investigação a partir das bases estruturais que a fundam e a posicionam no cenário do mercado internacional, nacional e regional. Diante disso, o presente estudo buscou compreender o processo produtivo da região Sudeste do Pará a partir da sua estrutura econômica dependente. Como procedimento metodológico foi utilizada a abordagem estruturalista, evidenciando seus potenciais como meio para refletir sobre as lógicas



majoritárias que definem a produção na região e extraíndo novas indagações a serem investigadas.

Marco teórico-metodológico estruturalista

O ponto de partida do presente estudo é a definição do marco teórico-metodológico utilizado na investigação do arranjo e das transformações produtivas no Sul e Sudeste do Pará pela matriz do estruturalismo histórico latino-americano. A seleção do presente método epistêmico e metodológico denota as orientações que embasam a pesquisa. Nessa seção do texto, busca-se aproximar alguns dos elementos do estruturalismo com finalidade de um olhar parcial sobre a realidade empírica analisada.

Não se trata, assim, de empreender uma revisão exaustiva sobre o estruturalismo. Tem-se como objetivo, neste ponto, pinçar alguns dos elementos centrais da teoria estruturalista que auxiliam a exposição e a análise da forma de funcionamento do capitalismo, sua origem e alguns de seus resultados produtivos na realidade empírica selecionada. Deve-se, desse modo, reconhecer os limites dessa abordagem, seja pela própria seleção prévia de alguns segmentos da teoria estruturalista, seja em função de sua própria *episteme*, elementos retomados ao final desse texto junto a questionamentos a serem perseguidos.

De acordo com Missio e Jayme Jr. (2015), o estruturalismo, enquanto abordagem teórica e metodológica, afasta-se de prerrogativas empiristas e positivistas, com vistas a desvendar as estruturas do funcionamento de um determinado fenômeno e as relações que dão coesão aos mesmos. Desse modo, a percepção holística se sobressai a elementos individuais que compõe o fenômeno.

Transpondo tais reflexões para o pensamento econômico, é vã, de acordo com o pensamento estruturalista, a possibilidade de análise a partir de prerrogativas ortodoxas que se caracterizam por considerar unidades de forma isoladas ou com parca inter-relação. Em uma economia integrada, é prerrogativa analítica a investigação sobre os processos que mutuamente constituem o desenvolvimento e o subdesenvolvimento e as suas formas de relação, propriamente o motor da sua constituição.

Conforme o pensamento estruturalista exposto em Prebisch (1963), a interação entre centros e periferias, diferentemente do afirmado pela visão tradicional do livre mercado e da especialização em vantagens produtivas tenderem à convergência harmoniosa de renda, o estabelecimento das relações no bojo da economia integrada levam a divergência, formando



uma estrutura centro-periferia. Um dos principais precursores do pensamento estruturalista, sobretudo no que tange aos latino-americanos, Raul Prebisch (1963), introduz a percepção de que a estrutura econômica internacional está baseada em um centro hegemônico com densidade industrial e em uma periferia agrária dependente – dependência manifesta sob diversas formas. Essa configuração acaba por condicionar o processo desigual da distribuição de excedentes e renda.

A base analítica das reflexões teóricas de Prebisch (1963) está alicerçada em quatro componentes: (i) oposição binária entre centro e periferia historicamente constituída; (ii) a inserção internacional da América Latina; (iii) determinantes domésticos do crescimento e do progresso tecnológico; e (iv) avaliação favorável ou não à intervenção estatal. Baseado nesses elementos, segundo Sunkel e Paz (1970), o autor expõe a estrutura do sistema, como esse funciona, como se origina e quais os seus resultados adjacentes. Como possibilidades de extração analítica estão a percepção das ineficiências e das deficiências estruturais que se tornam limitadores para o desenvolvimento latino-americano.

Esses arranjos apresentam, basicamente, duas origens. A primeira, de ordem externa, como as condições limitadoras para importar. Ainda há as de ordem interna, como enfraquecimento de setores exportadores, crescimento populacional e queda da produtividade do trabalho.

O desvendar desses condicionantes, bem como da estrutura produtiva, culmina na compreensão sobre a expansão, manutenção ou retração das trajetórias de produtividade, bem como a distribuição dos excedentes, como afirma Furtado (1974). O método estruturalista histórico traça as relações básicas entre os países no cenário da economia mundial e demonstra de modo explicativo algumas características possíveis de observação nos países periféricos.

Dentre essas macroestruturas, a principal ideia que fundamenta o pensamento estruturalista tem por base o embate diacrônico entre 'centro e periferia' constituído pela forma de expansão e propagação do progresso tecnológico na economia mundial. De forma sucinta, entende-se que, nos países centrais, os avanços técnicos tendem a propagar-se pela totalidade do espectro produtivo devido à restrição de mão de obra, o que leva à substituição de trabalho por capital, juntamente com o aumento dos salários de funções especializadas e impulsiona a inovação em determinados ramos que são capilarizados para os demais, ampliando a produtividade dos vários setores que compõem a economia interna.



Em contraponto, nas economias periféricas houve – e ainda há – prevalência de novas técnicas terem sido empregadas em setores de exportação, sobretudo de ordem primária, os quais passam a coexistir com outros segmentos revelando atraso tecnológico significativo. Nessa esteira, difere a estrutura produtiva no interior da periferia. Por um lado, há ramos especializados organizados unilateralmente para atender o ‘desenvolvimento para fora’, o qual tem seus excedentes e recursos produtivos de outra ordem destinados à ampliação do setor, satisfazendo, em parte significativa, a demanda por bens a jusante e a montante do produto principal por meio de importações.

Essa lógica agrário-exportadora, de acordo com Rodriguez (2009), ao deparar-se com novos padrões de desenvolvimento industrial, condiciona a sua ocorrência a passar do simples para o complexo. Em paralelo aos setores especializados para a exportação, há uma estrutura heterogênea e atrasada em níveis de produtividade, de modo que a estrutura produtiva da periferia caracteriza-se por ser *especializada-heterogênea* em paralelo aos centros, que tendem a ser diversificados com produtividade do trabalho apresentando menor disparidade entre setores.

No seio da economia mundial, o estruturalismo demonstra haver ainda dois espaços sensivelmente distintos no interior das economias periféricas, porém sujeitos de uma mesma lógica. Essas são marcadas pelo que Pochmann (2010) chama de “ilhas de desenvolvimento”, dinâmicas e exportadoras, porém com incapacidade de difundir o progresso técnico para o restante da economia, o que permitiria empregabilidade e crescimento real de renda. Em paralelo, há segmentos, por sua vez, com estrutura pouco diversificada, com uma configuração que a caracteriza como desintegrada e com baixa produtividade do trabalho.

A manutenção da razão estrutural parte da perspectiva de crescimento norteada justamente pelas exportações. Nas economias latinas, por exemplo, originadas desde os primeiros ciclos de exploração e fortalecidas na trajetória de inserção subordinada na economia globalizada, percebe-se uma matriz liberal. Matriz cuja prerrogativa impõe a busca por vantagens comparativas na exploração de custos mais baratos da produção, visando à inserção no mercado mundial, com fins últimos de geração de divisas para a aquisição de materiais importados.

No entanto, de acordo com Furtado (1983), a assimetria de preços entre produtos primários de exportação e produtos manufaturados importados tende ao crescimento, gerando a manutenção das relações de troca entre centro e periferia e a estabilização



estrutural, mesmo em conjunturas por vezes variadas. Além disso, tal processo configura a transferência de ganhos de produtividade dos setores primário-exportador dos países periféricos para os países centrais.

A peculiaridade produtiva, a ruptura distributiva e de padrões tecnológicos e de consumo nos países em desenvolvimento possibilitam compreender que a razão dualista decorre do âmbito internacional e doméstico e tende a manter-se em vigor, fruto de um processo histórico, como afirma Prebisch (1963). Internamente, os conflitos entre diferentes setores produtivos implicam em obstáculo a ser compreendido e superado na busca pelo crescimento e na sua distribuição mais harmônica.

No entanto, a teoria estruturalista demonstra, ao longo de diversos ciclos da América Latina e em leituras nacionais, a manutenção da reprodução da lógica centro-periferia, porém com alteração de roupagem e bases. A inércia da situação corrobora a existência de uma lógica estrutural ao longo do tempo, a qual carece de investigação em novos estágios, contando com a inserção de novos agentes e segmentos em detrimento de outros.

Contemporaneamente, sobretudo a partir do final do século XX, a leitura estruturalista das relações centro-periferia, como afirmam Brandão, Fernández e Brondino (2018), aponta para a continuidade da reprodução das condições do subdesenvolvimento, porém com uma natureza distinta que necessita ser investigada. Como afirmam os autores, essa nova dinâmica exige compreender as novas 'relações de poder' presentes no bojo das economias periféricas, por meio da estrutura social e produtiva heterogênea, como externamente, por meio das relações de dependência do capital e do mercado internacional.

Nesse ínterim, Prebisch (1963) aponta alguns aspectos ligados à forma de geração e distribuição de excedentes, fruto da estrutura produtiva historicamente constituída. Por um lado, trata-se de uma estrutura social desigual que fomenta a heterogeneidade da estrutura socioprodutiva, deixando à margem significativo contingente populacional, reproduzindo as assimetrias distributivas. Por outro, com forte inferência externa, há formas de capital e instituições das economias centrais que reforçam relações de poder desequilibradas entre centro-periferia e consolidam a apropriação desigual dos excedentes produtivos das economias periféricas.

No âmbito das economias periféricas, alguns elementos gerais tipificam a reprodução da lógica estrutural e apontam caminhos metodológicos para as análises domésticas estruturalistas, de acordo com Missio e Jayme Jr. (2015): (i) consumo desproporcional dos estratos superiores das sociedades periféricas; (ii) espúria absorção da força de trabalho; e



(iii) receitas desproporcionais extraídas pelos centros no jogo de poder em nível internacional.

Brandão, Fernández e Brondino (2018) apontam as mudanças recentes das leituras Pós-Prebisch e do realinhamento da leitura estruturalista com o reordenamento produtivo do capitalismo internacional. No entanto, essas mudanças não devem afastar a consideração da lógica centro-periferia, mas, sim, averiguar as novas reformulações adotadas na periferia frente às mudanças gerais do capitalismo, trazendo para a investigação a recuperação das análises de relações de poder e interesses contraditórios, sejam eles endógenos ou exógenos.

De modo sintético as transformações recentes no capitalismo internacional apontam (i) no plano interno heterogeneidades socioestruturais e no (ii) externo a capacidade internacional não primarizadas e hiperespecializadas. Contudo, compreender como os distintos espaços nacionais e subnacionais são inseridos em redes econômicas e políticas e readaptam-se a processos geridos pelos países centrais mostra-se um nicho a ser explorado. Ademais, em regiões periféricas, no interior de economias periféricas, posicionam-se como pontos nevrálgicos de estratégias de manutenção do crescimento pela exportação e de inserção subordinada na economia internacional, bem como as evidências das contradições econômicas e de poder entre setores possibilitam uma leitura conjuntural consistente a partir da teoria estruturalista.

Estrutura e transformações produtivas nacionais e repercussões no Sudeste do Pará

Faz-se importante, igualmente, resgatar, em uma contextualização histórica, de modo a inserir no debate em tela a região amazônica – nosso objeto de estudo – dentro das relações geradas na estrutura produtiva em que se coloca o Brasil. Tais relações constituem-se no eixo centro-periferia do capitalismo produtivo, uma vez que essa região se torna fornecedora de matéria-prima, desde sua constituição enquanto tal, a partir do ponto de vista da integração territorial e regional do país, sobretudo durante o século XX.

Desde a chegada dos portugueses, no século XVI, até a transição para a sociedade urbano-industrial, em 1930, segundo Pochmann (2010), a sociedade agrária no Brasil operou como principal e quase exclusiva força interna no delineamento da produção nacional. Por mais de quatro séculos e aproximadamente duzentos anos após as primeiras experiências mundiais de desenvolvimento industrial, o padrão agrário exportador reinou na



pauta econômica da política nacional, algo que, com roupagem distinta, persiste até os dias atuais.

Com o início do processo de industrialização no sudeste do país, devido a condições internas e externas analisadas por Cano (1981), as distintas regiões se articularam economicamente sob o comando de um projeto desenvolvimentista de industrialização que inicia exclusivamente nacional e é modificado no decorrer do século XX. A desigualdade regional e social foi o grande passivo do período de industrialização.

Foi notório o papel ativo do Estado que, baseado no ideário estruturalista, agiu ativamente para a gestação e o amadurecimento do parque industrial brasileiro. Essas concepções estavam baseadas em Prebisch (1963) e tratavam da situação periférica dos países latinos em função da sua especialização produtiva em gêneros primários, a qual o posicionava em condição subalterna e dependente na divisão internacional do trabalho, devendo haver um esforço para o estabelecimento de atividades industriais.

O Brasil teve esse momento marcado pelo processo de substituição de importações (Tavares, 1977). Nessa perspectiva, Furtado (1964) interpolava sobre a pertinência da participação do Estado nesse esforço, pois, a depender do mercado, as reproduções tendem a ser mais concentradoras territorialmente e por estrato de classes. Esse fato decorre do fato das condições de reprodução serem propícias em locais já com alta densidade econômica, ocorrendo paralelamente defesa de setores, empresas e pessoas.

Por fato, no período da ascensão industrial no país, a escala nacional fora a preponderante (Araújo, 2007), buscando, além da integração, estabelecer projetos de desenvolvimento sob tutela do estado nacional. Não obstante, houve omissão quanto ao processo de concentração. Essa lógica passou a ser alterada nas décadas de 1980 e 1990 a partir da crise e da ascensão de outras prerrogativas, que diminuem o papel do estado nacional e traz à pauta política econômica novamente o liberalismo, alterando-se, conseqüentemente, as repercussões territoriais.

A retomada dos mecanismos liberais na pauta econômica e política do país ampliou o poder das forças que atuam em escala local, subtraindo da política inúmeros fatores para além do local, os quais influenciam a possibilidade de desenvolvimento. Nesse período, foram trocadas ações de longo prazo, as instituições nacionais e regionais que possuíam este foco, por ações pontuais de interligação direta entre as concepções liberais em voga da escala mundial, com as regiões/locais de materialização dos investimentos. Ao passo da substituição do projeto nacional de planejamento em troca do favorecimento de



determinadas regiões para aporte da grande empresa, passou-se a conceber a ocorrência de “regiões ganhadoras”, como afirma Cargnin (2011), que se interligam diretamente a escala global e local/regional.

Nos primeiros anos do século XXI, é buscado retomar o estado desenvolvimentista, conforme analisa Novy (2009), com articulação de demandas sociais historicamente marginalizadas da pauta política, com concomitante manutenção dos mecanismos econômicos que asseguraram a permanência de estruturas ligadas à elite nacional tradicional assim como incorpora outros segmentos. Não obstante as conjunturas nacionais e internacionais, as quais forjaram a diversidade e a desigualdade do território brasileiro, o espaço amazônico esteve – e ainda está – sob constante influência de escalas superiores em sua dinâmica regional. No entanto, o rebatimento dessas forças na região possui peculiaridades que devem ser expostas e analisadas.

Becker (2001) assume três categorias conceituais que auxiliam no percurso de compreender as complexas relações existentes no processo de ocupação amazônica e duas delas têm pertinência para a compreensão dessa pesquisa. A primeira trata do padrão econômico historicamente voltado para a exportação implementado na região, desde o início de sua colonização até os dias atuais. Essa lógica responde, primeiramente, ao papel periférico que o Brasil assume na economia-mundo capitalista e atuante desde o predomínio da sociedade agrária. Não obstante a outras realidades regionais brasileiras, a região amazônica se insere de forma subordinada na constituição de concepções de progresso compreendido como crescimento econômico para exportação, sofrendo vários surtos de devastação ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, intercalado com longos períodos de estagnação.

A segunda trata do confronto político ideológico histórico de modelos de ocupação territorial. Basicamente, podem ser identificadas duas visões, uma externa ao território, despreocupada em considerar a diversidade territorial da região, a qual impõe de forma *top-down* formas de produção do espaço, caracterizando-se por ser um modelo exógeno que privilegia o centro. E outra, em contraste, configurada como uma visão interna do território, basicamente baseada por iniciativas diversas provenientes de articulações territoriais de forma *down-top*, que privilegiam o contato local em detrimento das ações homogeneizadoras, caracterizando-se por ser um modelo endógeno de/para a periferia.

O passivo da trajetória de ocupação da Amazônia, que ainda se encontra em pleno curso, o que justifica o constante monitoramento das novas relações e retomada de antigas



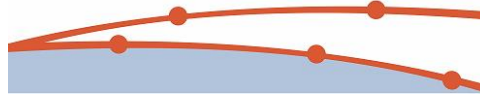
estratégias, deixa um conjunto de lições e auxilia a compreender a formação de sub-regiões provenientes da intersecção das relações exógenas e endógenas que permeiam a região e as ordens estimuladas e espontâneas da ocupação.

Tratando essencialmente da região Sudeste do Pará enquanto sub-região da Amazônia, não se busca compreendê-las como recortes dotados de homogeneidade e de forma isolada de uma estratégia centro-periferia, tal como se cunhava na geografia tradicional e na economia ortodoxa. São buscados, no entanto, elementos de identificação de peculiaridades frente aos demais, sobretudo em aspectos econômicos, políticos e histórico-culturais.

Podemos encontrar em autores tais como Marianne Schmink (2012), Becker (1990; 2001; 2005;), Gerd Kohlhepp (2002), Edna Castro (2007), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2010), Jean Hébette (2004), entre outros diversos, uma larga fundamentação geo-histórica sobre os processos de ocupação e desenvolvimento dos espaços amazônicos a partir de ações federais/estatais, motivada, principalmente, pela extração da matéria-prima e pela defesa do território em área de fronteira, para a manutenção de uma estrutura produtiva – nesse caso desigual e dependente. A seguir, apresentam-se alguns elementos que caracterizaram as raízes produtivas que deram lugar à estrutura econômica vista atualmente, sendo sua base em três grandes atividades àquele momento, sobretudo: produção da borracha, extração mineral e madeireira.

O Brasil, como produtor de bens primários, sempre esteve em uma posição periférica perante a economia mundial. Tal fator contribui diretamente nas dinâmicas que acontecem dentro do próprio país. Evidentemente, as transformações acontecidas no Brasil desde a sua colonização, o avanço da industrialização internacional e as grandes guerras ocorridas durante o século XX reforçariam um modo de produção dependente que persiste até os dias atuais, bem como os ciclos econômicos que ocorreram no país, e toda a gama de elementos que está relacionada a eles, o que representa um exemplo desse tipo de dinâmica.

O território amazônico foi explorado ao longo dos anos, visto como uma fonte de recursos naturais, e, devido a variações da demanda internacional, sobretudo de ordem econômica, houve vários momentos em que a economia da região Norte apresentou uma dinâmica intensa. É exemplo o ciclo da borracha que, em várias épocas, foi muito importante para a construção das cidades da região, tal como o município de Marabá, localizado na mesorregião Sudeste Paraense (Figura 01). O comércio de borracha deslocou várias



peças de diversos estados do Brasil para trabalhar, porém esses ciclos não serviram para o desenvolvimento real da região, deixando-a com uma visão de grande vazio.

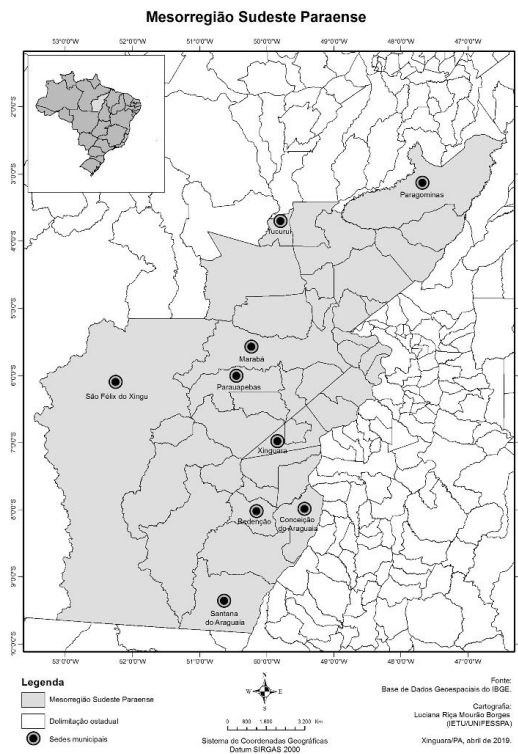


Figura 01 – Região Sudeste do Pará. Produzido por Borges (2019).
Fonte – IBGE.

Sendo uma das primeiras atividades que tinham especial protagonismo na estrutura produtiva regional, a extração do látex e produção da borracha ocorreu em dois períodos importantes: durante as duas grandes guerras mundiais do século XX. Atraindo uma grande massa populacional, composta principalmente por cidadãos nordestinos, sob a alcunha de “soldados da borracha”, essa cadeia produtiva fomentou o mercado internacional na constituição da indústria automobilística nos países de primeiro mundo, tais como os da Europa e os Estados Unidos. Contudo, em escala local, faz-se necessário observar elementos que caracterizam a Amazônia como periferia do capitalismo: a extração, produção e exportação de matéria-prima e o desenvolvimento precário/desigual. No sentido de se institucionalizar, para tanto, foi criada, já no segundo ciclo da borracha (período da segunda guerra mundial), a Superintendência de Valorização da Amazônia (SPVEA), em 1953, durante o Governo Vargas (Schmink, 2012).

Um segundo importante ciclo extrativista, a partir do ponto de vista produtivo, consistiu na produção mineral. Conforme Becker (1990, p. 64), “Face à nova ordem



econômica e tecnológica, a Amazônia constituiu-se como espaço geopolítico privilegiado para as corporações transnacionais [...]”. Dessa forma, ao se descobrir o gigantesco potencial mineral e geológico existente na região amazônica, surge, assim, o Programa Grande Carajás, em fins dos anos 1970, proposto pela, na época, Companhia Vale do Rio Doce (CRVD). É importante, nesse momento, mencionar a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), instituído pelo Decreto Nº. 74.607, de 25 de setembro de 1974, o qual estabelecia a promoção do “[...] aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, em áreas prioritárias da Amazônia [...]”. Muito embora tal decreto tenha sido extinto em 1987 (Becker, 1997), pode-se analisar a sua instituição enquanto política pública no período militar em função de um direcionamento estratégico que era, então, pautado para a região amazônica, sendo o do desenvolvimento regional e da integração nacional.

Por último, a terceira maior atividade econômica consistia também na extração madeireira, a qual perdurou um período significativo nos idos do século XX, atividade essa que se tornou expressiva com a abertura da floresta para a chegada dos colonos de reforma agrária. Tal atividade se tornou ilegal já no início do século XXI, com o reforço da legislação ambiental no país, exceto aquelas regulamentadas pelo Estado através de manejo florestal (Kohlhepp, 2002; Stella, 2009).

Nesse sentido, nota-se que, na região Sudeste do Pará, é latente a predominância de um modelo eminentemente exógeno em seu processo de constituição, que busca explorar o capital natural, seja de maneira direta, com a exploração mineral e madeireira, ou indireta, com as transformações técnicas ocorridas na agricultura e pecuária. Não obstante, o padrão econômico voltado majoritariamente para atender as demandas do mercado externo é uma marca estrutural da região, rearticulando as redes técnicas a fim de facilitar a circulação, tornando a região parte do arco do desmatamento e posicionando-a na política econômica do país.

A herança do processo de formação socioeconômica do Brasil, alinhado de maneira periférica na economia mundo, repercute, portanto, de maneira peculiar no espaço amazônico, apesar das forças homogeneizadoras imporem intensamente suas lógicas. Por tratar-se de uma região de ocupação em pleno curso, o embate de agentes de distintas e escalas e sob prerrogativas muitas vezes antagônicas – ou modelos como denominou Becker (2001) – forjam um território de constante conflito resultando em dinâmicas regionais diversas, cabendo uma análise conjuntural sem perder o tempo estrutural.



Transformações produtivas recentes no Sudeste do Pará

Com base nas concepções teórico-metodológicas e na leitura estrutural das transformações produtivas do Brasil e do Sudeste do Pará, realiza-se nessa seção uma análise conjuntural abordando o período recente na região em questão. Tomou-se como base duas frentes: i) algumas concepções teóricas do estruturalismo, entre essas, a que busca evidenciar o caráter centro-periferia das relações econômicas da região; a inserção internacional; a absorção de mão de obra; e as receitas desproporcionais dos setores vinculados ao mercado externo; ii) a segunda tem como base uma leitura preliminar de informações recentes da região, com finalidade de identificação dos principais setores produtivos para, nesse momento, tratar da sua lógica de produção e distribuição de excedentes.

A Tabela 01 apresenta a soma do valor exportado pelos trinta e nove municípios da Região Sudeste do Pará, agrupados em setores produtivos identificados como principais para a estrutura produtiva da região, fato evidenciado pelo próprio dado, são eles: indústria extrativista, pecuária, agricultura e madeira.

Nota-se, primeiramente, o expressivo valor de exportação da região, quase US\$ 13 bilhões, o que correspondeu a 82,27% das exportações do Pará e 5,38% das exportações do Brasil em 2018, sendo o município de Parauapebas o terceiro município brasileiro com maior valor em exportações. Esse breve indicador denota a contínua atuação internacional da região como exportadora de bens primários, sejam eles com ou sem beneficiamento na região, como o caso da proteína animal. Tendo em vista a política econômica nacional de exportador de bens primários, retomada desde a década de 1990, a posição do Sudeste do Pará é estratégica na manutenção dos índices de exportação do Brasil, denotando uma vinculação¹ da região com o mercado global dentro da lógica centro-periferia e passível de impactos decorrentes de flutuações do preço das *commodities*.

Entre os principais setores produtivos da região, nota-se o crescimento de três deles: i) indústria extrativa; ii) pecuária, e; iii) agricultura. Percebe-se também o decréscimo das atividades vinculadas à extração madeireira. Essas informações apontam para uma reorganização interna da produção, com o enfraquecimento do setor madeireiro, especialmente pelo esgotamento de áreas a serem exploradas, e pela intensificação das

¹ As relações de importação e dependência tecnológica serão alvos de estudo em outros textos, como exposto ao final desse artigo.



atividades mineradoras na descoberta de novos campos de exploração e pela ampliação da demanda externa. Além disso, têm crescido na região as atividades de beneficiamento da proteína animal (como será demonstrado a seguir) e das áreas de agricultura mecanizada, sobretudo com a expansão do setor no sentido Mato Grosso – Pará, adentrando pelo sul do Estado com cultivos de apelo internacional, como a soja.

	2006	2010	2014	2018
Indústria extrativista	3.004.950.822	9.142.199.022	9.604.854.663	11.850.386.186
Pecuária	35.617.899	143.714.989	286.668.916	245.183.564
Agricultura	9.805.553	14.067.744	232.061.927	804.082.990
Madeira	59.929.402	19.675.977	3.875.053	14.334.750
Outros	275.949	1.433.332	208.909	177.831
Total	3.110.579.625	9.321.091.064	10.127.669.468	12.914.165.321

Tabela 01 – Valor das exportações agregadas por setores produtivos selecionados (US\$).

Fonte - Ministério da Economia. Secretaria da Indústria, comércio exterior e serviços. Organizado pelos autores (2019).

A Figura 02 apresenta a variação indexada da balança comercial para fins comparativos entre o Sudeste do Pará, o Pará e o Brasil. Nota-se o crescimento positivo da balança comercial em todos os recortes, no entanto, é exponencial na região analisada. Respectivamente, houve crescimento em relação ao ano base, 2006, de 356% no Sudeste do Pará, 145% no estado Pará e de 26% no Brasil, informação que reforça a posição estratégica da região na economia nacional, sobretudo pelos parcos índices de importação da mesma como um todo, sendo eles de 36,41% e 0,24% do Pará e do Brasil, respectivamente. Esse fato denota a posição periférica de exportação de bens primários para o financiamento das importações de bens industriais para outras regiões do Brasil, ou seja, uma transferência de riquezas produtivas da periferia para o centro, onde o setor vinculado ao mercado externo possui receita desproporcional ao conjunto da região.

Nota-se, na análise dos dados apresentados na figura a seguir, que mesmo em momentos de instabilidade econômica mundial que afetaram a balança comercial do Brasil, no Sudeste do Pará houve um decréscimo nos números, porém, o crescimento manteve-se, em termos absolutos, como estratégico na economia externa do País, sendo responsável em 2018 por 21,28% da balança comercial positiva do Brasil.

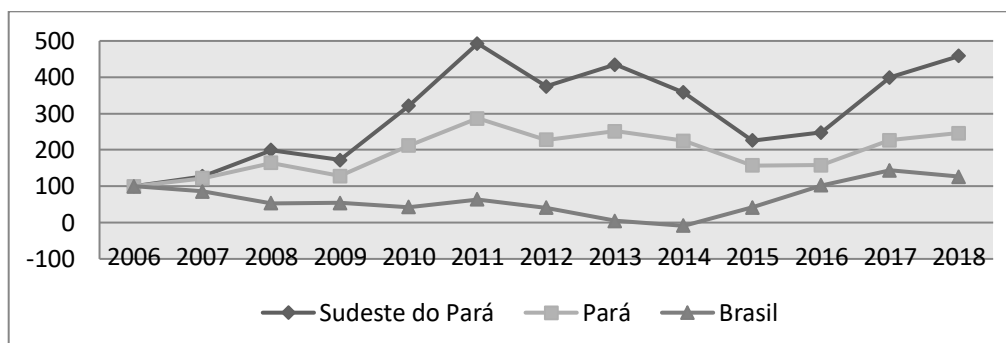
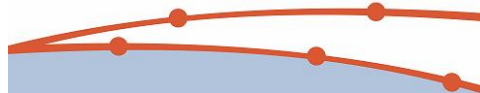


Figura 02 – Variação indexada da balança comercial. (2006 = 100).

Fonte - Ministério da Economia. Secretaria da Indústria, comércio exterior e serviços. Organizado pelos autores (2019).

O valor bruto estratificado adicionado por setores aponta o peso dos setores agropecuário e da indústria no valor produzido na região, sobretudo em comparação ao restante do Brasil, cujo indicador é de 5,66% e 21,23% respectivamente. Modernamente, o crescimento do Valor Agregado Bruto (VAB) nas atividades de serviço é observado no mundo, sobretudo em função da urbanização. No Brasil, em 2016, por exemplo, em valores reais – tendo como base o ano de 2002 – essas atividades contemplavam 73,11% do total, enquanto do Sudeste do Pará, o número cai para apenas 44,02%.

Em contraste, as atividades agropecuárias e da indústria – incluindo a extrativista – somam 13,36% e 42,63% em 2016, o que representa 1,85% e 1,57% do produzido no Brasil em cada setor, respectivamente. Essas informações demonstram o peso estratégico dos setores da região para a economia nacional. Além disso, tais índices demonstram que a riqueza produzida em larga escala nos principais setores da região pouco, percentualmente, estimulam atividades urbanas no conjunto de municípios do Sudeste do Pará, visto os indicadores de serviços.

	2002	2006	2011	2016	2016	
					%SPA-PA	%SPA-BR
Agropecuária	19,98%	13,93%	7,46%	13,36%	33,05%	1,85%
Indústria	38,46%	43,72%	62,38%	42,63%	57,45%	1,57%
Serviços	41,56%	42,35%	30,15%	44,02%	24,57%	0,47%
Total	6.429.818	9.014.862	22.634.390	19.832.012	34,04%	0,78%

Tabela 02 - VAB real total indexado (valor base 2002) em R\$1.000. Percentual por setor e do Sudeste do Pará em relação ao Pará e ao Brasil em 2016.

Fonte – IBGE. Organizado pelos autores.



A Tabela 03, a seguir, apresenta uma análise comparativa dos percentuais de participação do VAB real (deflacionado de 2002), da população entre o Sudeste do Pará e do Brasil. Em caso de indicador de proporção igual o resultado é 1. Se, em proporção, o VAB do Sudeste do Pará é maior, o resultado é > 1 , em caso de ser menor, < 1 .

Os resultados demonstram de forma explícita a informação indicada anteriormente. Em proporção, os VABs da agropecuária e da indústria são respectivamente maiores no Sudeste do Pará do que no Brasil. Analisados em paralelo as populações rurais e urbanas, apresentam os números de 11% e 120%, respectivamente. Em contrapartida, o VAB de serviços é inferior ao percentual da população urbana.

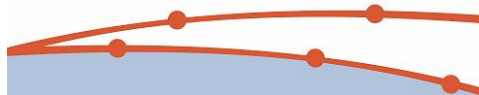
Como salientado anteriormente, em regiões periféricas com produção voltada para o exterior, estruturalmente há ocorrência de alguns poucos segmentos que possuem uma inserção internacional em detrimento de um conjunto setorial que se mantém à margem da produção. A matriz produtiva vinculada aos setores primário e extrativista tende a uma geração de divisas elevada, contudo, pouco gera em distribuição dos excedentes ao ponto de alavancar outros segmentos, entre eles os eminentemente urbanos.

Sudeste do Pará / Brasil	2016/2010
VAB Agrop. / Pop. Rural	1,11
VAB Ind. / Pop. Urb.	2,20
VAB Ser. / Pop. Urb.	0,55
VAB Total / Pop.	0,91

Tabela 03 – Análise comparativa dos percentuais de participação do VAB real (deflacionado de 2002) e da população entre o Sudeste do Pará e o Brasil. Organizado pelos autores.
Fonte – IBGE (2016 e 2010). Organizado pelos autores (2019).

A Figura 03 apresenta a variação do emprego formal em quatro segmentos produtivos da região Sudeste do Pará, historicamente identificados como principais na estrutura produtiva da região. Os dados mostram uma transformação do perfil do trabalho entre os segmentos nos anos analisados. Acompanhando o indicador de exportação, o número de empregos formais ligados a atividades do setor madeireiro caiu de 18.067, em 2006 para 6.874, em 2017, demonstrando o enfraquecimento do setor no Sudeste do Pará.

Em paralelo, o setor da agricultura apresentou um leve crescimento, com números que oscilaram de 1.305, em 2016, para 2.211 em 2017. No entanto, ao comparar com os dados de exportação do setor, o crescimento do emprego no referido setor é modesto. Esse fato caracteriza o tipo de produção agrícola crescente na região: *commodities*, com elevado grau técnico empregado e baixa aderência de mão de obra. Esse modo produtivo é a



expressão concreta do que Becker (2001) denominou padrão produtivo de exportação na região amazônica, padrão produzido a partir de uma concepção exógena de ocupação da região.

Com relação semelhante à agricultura, a extração mineral também cresceu exponencialmente em seu valor exportado, como consta na Tabela 01. No entanto, apesar do crescimento do emprego formal ser de 4.999 em 2006 para 15.985 em 2017, a curva de aumento não acompanhou a do valor produzido e exportado. Parte da explicação decorre do padrão de trabalho formal utilizado na extração mineral na região, com alto grau técnico empregado, fato que exige qualificação pouco existente na região.

Por fim, a produção e o beneficiamento de proteína animal e de derivados obteve um crescimento do emprego formal de 21.053 em 2006 para 27.315 em 2017. Do mesmo modo que os demais setores considerados, a curva de crescimento do trabalho não acompanha o da exportação. No entanto, vale destacar que em números absolutos, o setor da pecuária tem os maiores indicadores de empregabilidade, visto que o beneficiamento do produto primário ocorre na própria região, em frigoríficos e curtumes que têm como padrão de emprego que não exige, de modo geral, qualificação especializada em grande escala, dialogando, assim, com o padrão populacional da região.

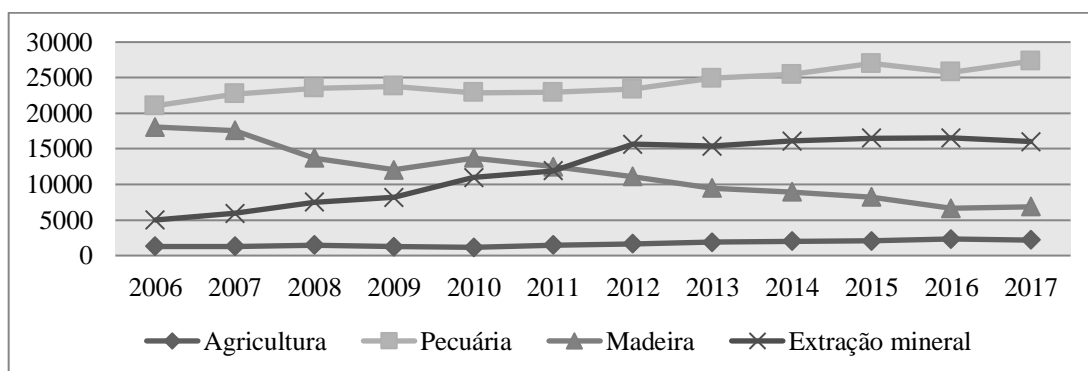


Figura 03 – Variação do emprego formal em quatro segmentos produtivos da região Sudeste do Pará².

Fonte - Relação Anual de Informações Sociais. Organizado pelos autores (2019).

Para perceber o processo de distribuição de renda na região, a tabela 04 apresenta o percentual da população com 15 anos ou mais estratificada por renda. Os dados mostram que 89,6% da população vive sem rendimento ou até com dois salários mínimos, enquanto

² Para obtenção dos dados, foram consideradas 274 atividades subclasse do CNAE 2.0. Foram contempladas as atividades primárias como a extração mineral ou a criação de bovinos para corte, e o beneficiamento em atividades principais, como abate em frigoríficos e produção de cortes de madeira para construção.



0,2% recebe mais de 20 salários, denotando a concentração de renda por estratos. Esse cenário é percebido também no Pará e no Brasil, porém os indicadores do Sudeste do Pará são mais agudos.

O índice de pessoas sem rendimento ou com renda baixa em uma região com os maiores indicadores de exportação, valor adicionado bruto e balança comercial demonstram a estrutura interna desigual, fruto da inserção internacional e da política econômica nacional que posicionam o Sudeste do Pará na periferia da periferia na economia mundial.

	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento
Sudeste do Pará	31,7%	15,4%	4,5%	3,2%	2,0%	0,6%	0,2%	42,4%
Pará	34,2%	13,6%	3,9%	3,0%	2,2%	0,7%	0,3%	42,0%
Brasil	27,8%	20,3%	7,0%	5,7%	4,1%	1,5%	0,7%	32,8%

Tabela 04 – Percentual da população com 15 anos ou mais por renda. Em salário mínimo.
Fonte – IBGE (2010). Organizado pelos autores (2019).

O breve resgate da estrutura produtiva do Sudeste do Pará, vinculada às transformações ocorridas no Brasil, bem como a avaliação da conjuntura atual da região demonstra, em síntese, a manutenção da estrutura dependente desde os primórdios da exploração capitalista até os dias atuais, mesmo com alterações pontuais de agentes partícipes. A lógica centro-periferia posiciona o Brasil na economia mundo, estrategicamente o Sudeste do Pará ocupa relevante protagonismo para a perenidade da política macroeconômica do país, vide os valores exportados e o seu percentual frente à balança comercial brasileira.

Adentrando o cenário nacional, a mesma vinculação centro-periferia do Brasil com a economia mundial pode ser visualizada no Sudeste do Pará em relação ao Brasil, sobretudo em relação ao Centro-Sul do país. A produção nacional é organizada para a manutenção e ampliação dos setores exportadores, sendo a atenção para acentuação dos índices de produtividade estratégia de beneficiamento de políticas públicas em detrimento do conjunto produtivo com interesses divergentes, como a atenção ao mercado local, regional e mesmo nacional. A transferência de recursos é evidenciada no parco valor agregado do setor de serviços do Sudeste do Pará em comparação com a média nacional, bem como o descompasso entre valores exportados e importados. Não obstante, o índice de renda por estratos auxilia a compreensão desse fato. A maioria da população vive sem rendimento ou



contando com baixos salários, sendo que o consumo das famílias é incapaz de gerar demanda em níveis equivalentes a média do país na própria região.

Como demonstrado nos dados atuais, recentemente está ocorrendo uma alteração nos segmentos produtivos principais da região. No passado, outras transformações foram visualizadas, como o fim dos ciclos da borracha e da mineração de ouro. Atualmente, o enfraquecimento do setor madeireiro e o crescimento da pecuária e da agricultura mecanizada apontam novos agentes e interesses adentrando a arena política e econômica no Sudeste do Pará. No entanto, todas essas mudanças não representam mudanças estruturais. A lógica explicitada por Prebisch (1963) e Missio e Jayme Jr. (2015) sobre elementos fundamentais das economias exportadoras latino-americanas permanece enraizada e expressa de modo latente no Brasil e, sobretudo, no Sudeste do Pará.

Considerações Finais

Como destacado em momento anterior, a execução de uma proposta analítica com base no estruturalismo histórico – ou outra qualquer – restringe-se às possibilidades trazidas pela própria metodologia. A percepção particular da estrutura produtiva do Sudeste do Pará a partir da sua interligação com os movimentos centro-periferia da economia no mundo e do posicionamento político e econômico do Brasil possibilita, no entanto, algumas conclusões e, paralelamente, suscita novos questionamentos que fazem mover a pesquisa.

Buscou-se as raízes da estrutura dependente nos vários ciclos produtivos ocorridos na Amazônia e, em especial, no Sudeste do Pará. A conjuntura atual demonstra não só a continuidade como o seu aprofundamento percebidos com a inserção maciça de setores tradicionais da região no atendimento de demandas internacionais, como na extração mineral, e na inserção intensa da agricultura mecanizada, com a ampliação da produção de soja.

O padrão do emprego formal e da estrutura produtiva na região demonstra características apontadas pela teoria estruturalista como típicas de economias periféricas: poucos segmentos voltados para o mercado externo, com especialização, indicadores de produtividade elevados, porém, com índices baixos de empregabilidade e distribuição dos excedentes produtivos. No entanto, entre os três segmentos principais identificados, um deles ganha destaque pelo índice de empregabilidade e, principalmente, pelo beneficiamento na região: a pecuária. Assim como os outros setores produtivos da região, a cadeia da pecuária também possui como principal destino final o mercado externo. Porém,



tal área diferencia-se pela transformação do produto primário da região, em frigoríficos e curtumes, principalmente pelo fato que impacta os índices de emprego formal do setor e distingue-se dos demais que, apesar de em 2017 gerarem divisas superiores para a economia nacional, pouco contribuem na distribuição de excedentes na região Sudeste do Pará.

Há, ainda,, portanto, necessidade de uma análise com maior índice de detalhes para a estrutura produtiva no que tange ao interior da região e dos próprios segmentos identificados nessa pesquisa de modo genérico. Para dentro da região no sentido de explorar a dinâmica interna produtiva, visto que há distinção entre os trinta e nove municípios que compõe a região, sobretudo para questionar a própria coesão produtiva da região. No interior dos segmentos, para problematizar as lógicas produtivas existentes, como afirmam Becker (2001) e Prebisch (1963), existem segmentos da pecuária e da agricultura, por exemplo, com elevados índices de produtividade, e vinculados com o mercado internacional em paralelo a um conjunto à margem desse processo, com restrições produtivas e de mercado.

Ainda na necessidade de explorar a dinâmica regional para compreensão das mudanças conjunturais, cabe investigar o peso do segmento ambiental nas atividades produtivas. Como demonstrado, o segmento da cadeia da madeira vem definindo na região, paralelo ao crescimento dos demais segmentos. No entanto, dentro da região observa-se esse fato ocorrer em determinados municípios, enquanto outros espaços, demarcados com áreas de preservação ou indígenas, mantêm uma dinâmica distinta, apontando a pertinência de investigar, no Sudeste do Pará, o peso de tais políticas na preservação da Amazônia e compreender movimentos de pressão econômica sobre essas ações.

Por fim, é válido destacar outros dois movimentos auferidos com base no estruturalismo. A matriz produtiva dependente da região não apenas se mantém como se aprofunda. Por sua vez, a volatilidade do comércio internacional interfere diretamente na região, visto a matriz produtiva estar vinculada a produtos de apelo internacional. Tanto a dinâmica de preços, a inserção de novos produtores no mercado mundial e o decréscimo de demanda infere diretamente da matriz produtiva da região.

Vinculada a esse aspecto está a manutenção da política macroeconômica do país no momento atual, assim como a instabilidade das relações externas do país. Nesse sentido, a China é o principal mercado dos produtos da extração mineral, bem como da soja produzida



no Sudeste do Pará, assim como o Oriente Médio é o maior mercado para o comércio da carne oriunda da produção em tal região. Os novos alinhamentos externos podem afetar diretamente a demanda dos produtos e impactar o volume exportado, afetando não apenas a economia nacional, mas, sobretudo, a dinâmica da região.

No entanto, a política de direcionamento do excedente produtivo do Sudeste do Pará para outras regiões do país e a parca arrecadação pública na produção para exportação tendem a manter-se nos próximos anos. Esse fato fica evidente não apenas pela trajetória histórica desse fenômeno, mas pela política expressa pelo governo brasileiro atual. Questionado (no dia 27/03/2019) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado pelo Senador Zequinha Marinho (PSC/PA) sobre a política de evasão de recursos vinculados à extração mineral para exportação pela Lei Kandir, o Ministro da Economia Paulo Guedes afirmou que a estratégia atual consiste na manutenção das vantagens comparativas por meio da isenção de tributos de setores exportadores e o governo “pensar mais o Brasil que a União³” deixando clara a perspectiva de manutenção da política centro-periferia no tocante ao posicionamento do país no mercado mundial e dos Estados e Regiões com matriz produtiva exportadora frente ao Brasil.

Referências

ARAÚJO, T. B. Brasil: desafios de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional contemporânea. In: DINIZ, C. C. (org.). **Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade, 2007.

BECKER, B. K. **Amazônia**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelo para projetar cenários? **Revista Parcerias Estratégicas**, nº 12, setembro, 2001.

_____. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, 19 (53), 2005.

BRANDÃO, C. A.; FERNÁNDEZ, V. R.; BRONDINO, G. Retomar e renovar o pensamento crítico histórico-estrutural em face das transformações capitalistas do século XXI. In: BRANDÃO, C. A. (org.). **Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2018.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981.

³ <<http://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=8308&codcol=38>> Acesso em 29/04/2019.



CARGNIN, A. P. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais.** Tese de Doutorado – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

CASTRO, E. **Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira.** Novos Cadernos Naea. V. 10, n. 2, p. 105-126, dez. 2007.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 1964.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico.** 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Editora Nacional, 1974.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** Belém: EdUFPA, 2004.

KOHLHEPP, G. Conflitos de Interesse no Ordenamento Territorial da Amazônia Brasileira. IEA/USP São Paulo. *In: Revista Estudos Avançados*, Vol. 16, N 45, Maio/Agosto 2002.

MISSIO, F. J.; JAYME JR, F. G.; OREIRO, J. L. **A tradição estruturalista em economia.** *In: Revista Economia Política.* [online]. V 35, n2, 2015.

NOVY, A. **O retorno do Estado desenvolvimentista no Brasil.** Indicadores econômicos FEE, v. 36, n. 4, 2009.

POCHMANN, M. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazôniaas.** 3 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PREBISCH, R. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

RODRIGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano.** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia.** Belém: EDUFPA, 2012.

STELLA, T. H. T. **A integração econômica da Amazônia (1930-1980).** Dissertação de mestrado. Campinas, SP: [s.n.], 2009.

SUNKEL, O.; PAZ, P. **Subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo.** Mexico City, Siglo Veintiuno, 1970.

TAVARES, M. C.. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.